

TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO CAMPO: COLONIZAÇÃO E DINÂMICA PRODUTIVA NA ANTIGA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS

Jaime Ribeiro de Santana Junior
jaime_rsj@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A questão agrária associada às transformações territoriais que vêm ocorrendo no campo brasileiro abrem perspectivas para discussões sobre os caminhos que o Brasil está seguindo, já que, a nova estrutura produtiva da agricultura, atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social, causando profundos impactos sobre os espaços agrários.

Há diferentes vertentes de pensamento sobre a agricultura brasileira, uma delas opta pela compreensão dos processos sociais através do processo contraditório e combinado resultante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ou seja, ao mesmo tempo em que reproduz relações especificamente capitalistas (implantando trabalho assalariado), produz também, relações não essencialmente capitalistas, revelada pelo aumento do trabalho familiar no campo¹.

Nesse sentido, Oliveira (1999) considera outras vertentes fundamentadas no ideal de que na sociedade capitalista avançada não há lugar histórico para os camponeses no futuro, já que para essas vertentes a sociedade capitalista é formada apenas por duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e os proletariados (os trabalhadores assalariados). Coloca-se a estrutura de produção familiar como “resíduo” social, cujo desenvolvimento da estrutura de produção capitalista o fará desaparecer².

A nova estruturação produtiva da agricultura, organiza um novo modelo econômico de produção, caracterizada pela organização de redes de produção agroindustrial, elevando assim, a produção e o consumo à estruturas globalizadas, estabelecendo novas complexidades na organização do espaço agrário e também urbano, estabelecendo o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho.

Deste modo, a organização do espaço produtivo defendida por regiões especializadas em determinados tipos de produtos, produz mudanças no eixo produtivo e na divisão social do trabalho em escala nacional, subsidiadas por melhoramentos e ampliações dos setores de transportes, possibilitando maior intercâmbio entre as regiões e, conseqüentemente, para o avanço do capital comercial.

Nas últimas décadas observa-se um avanço do capital agrícola em direção a região Centro-Oeste. Nessa lógica, as transformações que vêm ocorrendo no campo sul-matogrossense, tem sido foco de vários trabalhos teóricos para a compreensão das relações que são desencadeadas no território, sendo a dinâmica da estrutura produtiva agrícola um fator determinante para essas transformações. Todavia, as políticas de colonização do país sempre estiveram atreladas a integração nacional, no sentido de estabelecer algumas regiões do país como extensões da região Sudeste, como mercado consumidor e fornecedor de matérias-primas, processo este caracterizado até hoje.

Nesse contexto, serão destacados nesse trabalho, as transformações territoriais ocorridas na área da antiga Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), cuja implantação esteve atrelada a ocupação e colonização da região, além de integrar a parte meridional do então estado de Mato Grosso ao contexto nacional. Será enfocada as transformações resultantes do processo de colonização, destacando o processo de implementação da colônia e seu desenvolvimento até os dias atuais. Será destacado

¹ Cf. OLIVEIRA, 1999.

² Mais detalhes ver: Thomaz Junior, 2007b e 2008a.

características da estrutura produtiva da região, e, por fim, será abordado, as novas relações estabelecidas na região, impulsionadas pela introdução da monocultura da soja na década de 1970 e das novas tecnologias no modo de produzir no campo.

O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DA REGIÃO DA GRANDE DOURADOS

Para a compreensão da atual configuração da economia agrária na região de Dourados, é necessário primeiramente compreender a sua formação territorial como parâmetro de verificação de seu contexto histórico-dinâmico. Para isso, é essencial contextualizar seu desenvolvimento a partir da criação da CAND e o desenvolvimento da região.

Nesse sentido de análise, faz necessário considerações sobre o conceito de território, que para Corrêa (1996) deriva do latim *terra* e *torium* e significa terra pertencente a alguém. Entretanto, Mizusaki (2003), salienta que o território não precisa, necessariamente, estar vinculado à propriedade efetiva da terra, mas à sua apropriação por um agente ou um grupo de agentes, de controle de determinado espaço.

Para Raffestin (1993), a sociedade, o espaço e o tempo, são os elementos que dão sentido à existência do território. A sociedade, na medida que materializa sua existência, produz formas específicas nos lugares que, devido à sua própria dinâmica transformam-se e rearticulam-se com o tempo, cujas relações são marcadas por relações de poder. O autor compreende que o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder. Deste modo, o território é analisado pelo autor como:

[...] espaço onde se projetou trabalho, seja energia ou informação, e que por consequência, revelam relações marcadas pelo poder. Se apóia no espaço mas não é o espaço. [...]. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

A partir desta análise, a territorialização está entendida como processo de materialização do espaço, das relações sociais de produção, que são produtos dos atores sociais. Todavia, a materialização dessas relações sociais de produção no espaço configura o território capitalista. Pressupõe-se que, sendo o território uma manifestação do processo de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, o mesmo, não se apresenta como algo isolado. Para Oliveira (1992) o território pode ser entendido como:

[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. São as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. [...]. O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação (OLIVEIRA, 1992, p. 02).

Entende-se, que o território, produto concreto de classes, manifesta-se dinamicamente em suas várias configurações territoriais. Assim, pode acontecer nos territórios produzidos, a sua “desterritorialização”, ou seja, a perda do território anteriormente apropriado pelos sujeitos sociais, bem como pode ocorrer uma nova territorialização mediada por novos atores sociais.

Nesse sentido, entende-se que os lugares possuem especificidades históricas e geográficas que os identificam e caracterizam e, mesmo sendo particulares, encontram-se integrados a um movimento mais amplo, de expansão da dinâmica produtiva no campo.

No estado de Mato Grosso do Sul, a história agrícola está ligada ao processo de colonização. A estruturação territorial agrária da região teve impulso com o Governo Vargas, que intensificou a ocupação de terras devolutas no país, objetivando descentralizar o alto índice demográfico dos centros urbanos, resguardando o território e, assegurando a nacionalidade das fronteiras e seus recursos naturais.

A colonização rural foi enfoque de diretrizes governamentais, com incentivos à produção agrícola, através da distribuição de terras gratuitas, visando o aumento da oferta do setor alimentício. Almejava-se desenvolver regiões urbanas e industriais, tornando-se necessário integrar o interior do país à economia nacional, através do lançamento da campanha “Marcha para o Oeste”. Intentava-se povoar as imensas áreas “desertas” do território nacional, e, sobretudo, temia-se que as áreas de fronteira fossem apoderadas por outros países. Assim, o sul de Mato Grosso, por ser uma área de fronteira, com baixa densidade demográfica, foi escolhido para sediar um dos projetos de colonização (SANTOS, 2000).

Na análise histórica-agrícola do município de Dourados, torna-se relevante focar sua formação sócio-territorial. Localizado no centro sul do estado de Mato Grosso do Sul, o município de Dourados com área total de 408.640,63 ha, encontra-se a 121 km da linha de fronteira do Brasil com o Paraguai e a 225 km da capital Campo Grande. Com uma população de 181.869 habitantes, é o segundo município do estado em importância econômica (IBGE, 2008).

As terras da região foram inicialmente habitadas por índios Guarani e ex-combatentes da Guerra do Paraguai (1864-1870). Com a chegada de imigrantes mineiros e gaúchos no final do século XIX e início do século XX, passam a ser exploradas mediante extração da erva-mate nativa e pecuária extensiva, situação que foi parcialmente alterada com a criação da Colônia Agrícola.

Em 1940, o município de Dourados, contava com uma área de 19.688 km², englobando as áreas dos atuais municípios de Itaporã, Caarapó, Naviraí, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Jateí, Ivinhema, Deodápolis, Angélica e Douradina. O município pertencia ao Território Federal de Ponta Porã³ e apresentava uma população de 14.985 habitantes, sendo que destes, 852 estavam fixados na zona urbana, 969 no perímetro sub-urbano e 13.164 habitavam a zona rural. Na época, a economia do território era representada basicamente pela exploração da erva-mate, do quebracho (Tatino) e pela criação bovina (GRESSLER & SWENSSON, 1988).

Com a implementação dos programas de colonização, ocupação, integração e desenvolvimento do Centro-Oeste, estabeleceram-se processos de ocupações na região, tendo a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)⁴, papel importante nesse processo.

³ O Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, criou o Território de Ponta Porã, abrangendo os municípios de Dourados, Bela Vista, Ponta Porã, Porto Murtinho, Miranda, Maracaju e Nioaque. Ponta Porã foi escolhida como capital do novo território. No dia 18 de setembro de 1946, em consequência do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi extinto o Território Federal de Ponta Porã, estabelecendo a antiga divisão territorial, administrativa e judiciária dos municípios, reincorporando-os ao estado de Mato Grosso (GRESSLER & SWENSSON, 1988, p. 70).

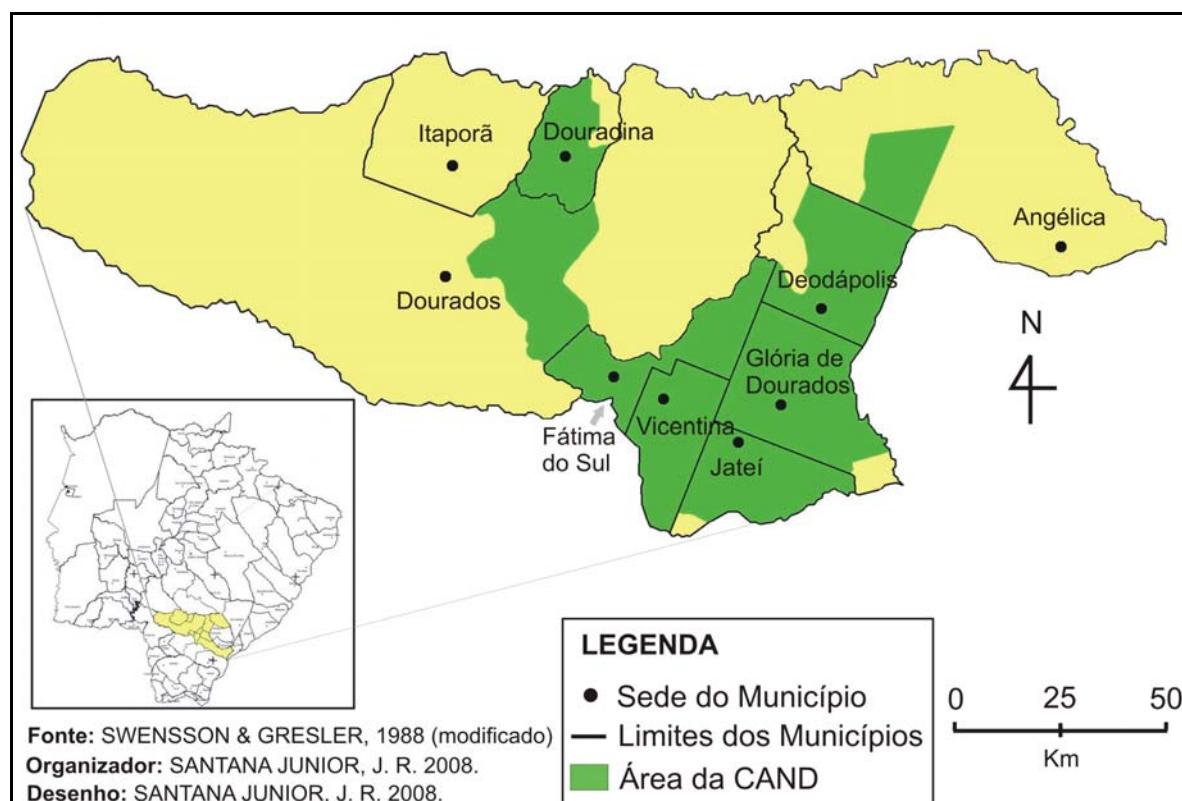
⁴ Criada pela Lei nº 5.365, de 1º de Dezembro de 1967, como forma de estimular o desenvolvimento regional do Centro-Oeste brasileiro. A SUDECO foi o órgão de planejamento oficial para a região Centro-Oeste e consolidou-se como foco de estudo para formulação de Políticas Públicas de desenvolvimento implementadas pelo Governo (ABREU, 2001).

Abreu (2001), ao analisar o planejamento regional da região assevera que, a SUDECO foi de fundamental importância para o entendimento das transformações no espaço de análise, já que, as políticas públicas visavam incrementar ações que dinamizavam o desenvolvimento regional. Deste modo, o entendimento inicial para as transformações produzidas no espaço sul mato-grossense encontra-se sob a tutela do planejamento e das intervenções promovidas pela SUDECO, que tem na lógica do desenvolvimento e da racionalidade suas políticas de intervenção e dinamização e, na preponderância do avanço do capital e integração nacional.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)

Dentre as políticas de colonização da Era Vargas, está à criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)⁵, fundada em 1943, pelo Decreto-Lei 5.941, de 28 de outubro, no então estado de Mato Grosso. A sua implantação real ou legal somente ocorreu em 20 de julho de 1948, quando foi demarcada pelo Governo Federal, através do Decreto-lei nº 87 foram estabelecidos os seus limites (Figura 02). Ponciano (2001) afirma que somente quando os limites dessa Colônia são demarcados pelo Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, é que a CAND é implantada de fato e toma impulso.

Figura 02 – Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados



Para Oliveira (1999), a criação das colônias agrícolas, pelo governo Vargas, pautava-se na fixação do homem no campo através da implantação da pequena propriedade.

⁵ De acordo com o Relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as atividades fundiárias na região da Grande Dourados tiveram origem com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em terra da União, no então Território Federal de Ponta Porã, com a reserva de uma área a ser demarcada não inferior a 300.000 hectares, decreto este do então presidente Getúlio Vargas (PONCIANO, 2001, p. 99).

As preocupações das políticas de colonização estavam diretamente ligadas às necessidades de expansão das relações capitalistas de produção. Segundo Ponciano:

[...] a pequena propriedade era utilizada como estratégia para propiciar o retorno do homem desocupado da grande cidade ou de regiões com grande densidade demográfica ao campo e às regiões como a de Goiás, a do Mato Grosso e a da Amazônia. [...] o trabalhador teria a aquisição de sua terra facilitada em função do baixo preço, pela ajuda financeira na obtenção de recursos e utensílios para trabalhá-la. [...] A política de colonização do Estado Novo, na região do sul de Mato Grosso, especificamente a região da Grande Dourados, propiciou o início da exploração capitalista, de forma sistemática, nessas terras, com a implantação da pequena propriedade (PONCIANO, 2001, p.100).

Deste modo, delineavam-se estratégias de colonização, apoiando a pequena propriedade, de modo que ela, lentamente, corresse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigiria (LENHARO, 1986).

Desencadeado pela “Marcha para o Oeste”, a CAND estabeleceu a demarcação de trezentos mil hectares no território Federal de Ponta Porã. A colonização ocorreu em duas etapas: na primeira foram distribuídos 2.232 lotes de 30 hectares e, na segunda etapa, 6.500 lotes rurais e 6.832 lotes urbanos.

O processo de divisão das terras da CAND consistia na doação de lotes aos cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, reconhecidamente pobres e aptos a trabalhos agrícolas, que se comprometessem a morar nos lotes rurais. Nesse contexto, os lotes não poderiam ser vendidos, hipotecados, arrendados, permutados ou alienados de qualquer modo, direta ou indiretamente, antes de decorridos dez anos da expedição do título definitivo (GRESSLER; SWENSSON, 1988).

Nesse contexto, o governo para atrair trabalhadores para a CAND, desencadeou uma intensa propaganda através da imprensa. Segundo Oliveira (1999) esse mecanismo trouxe bons resultados, uma vez que migraram centenas de famílias dos vários estados do país para a região, em busca da terra como meio de trabalho. Logo, o projeto colonizador, no sul do então estado de Mato Grosso foi viabilizado, pois havia elementos (homens e mulheres) dispostos a enfrentarem os desafios de migrarem para outras regiões do país, na tentativa de melhorarem de vida, ou seja, havia uma força de trabalho disponível, barata e desqualificada.

Nesse processo de ocupação da colônia era exigida certa iniciativa dos colonos, tendo em vista, que era necessário um espírito desbravador por parte dos colonos, já que tinha que entrar na área e iniciar as roças através da abertura de picadas, estradas e demarcações dos lotes, isentando o mesmo tempo o governo dos gastos para tal tarefa. E ainda, atendiam aos objetivos dos governantes locais, e, por sua vez, os do governo federal de desbravamento da área com a introdução de trabalhadores nos espaços “vazios”.

Para Abreu (2001), a CAND teve um caráter de povoamento com múltiplos objetivos, entre eles: garantir a ocupação territorial, aumentando o contingente populacional nas áreas de fronteira; desconcentrar áreas de possíveis conflitos sociais, como o nordeste brasileiro; firmar a parte meridional mato-grossense como extensão do sudeste, como mercado consumidor e produtor de matéria-prima.

Deste modo, a CAND provocou intensa migração para a região, disponibilizando mão-de-obra barata, que por sua vez, valorizou a terra. Por sua vez, a ocupação dos lotes levou a uma redistribuição das pequenas propriedades e à concentração das terras, acompanhada da implementação do trabalho assalariado. Para Ponciano:

As Colônias Agrícolas foram planejadas para terem cidades-indústria potencialmente lançadas no vazio. A preocupação do Governo Federal era criar um centro urbano que favorecesse o surgimento de uma cidade próspera e, em torno dela, as pequenas propriedades rurais. Nessa perspectiva, além da doação de pequenas propriedades, o governo oferecia implementos agrícolas e os materiais para construção de residência (PONCIANO, 2001, p. 98).

Tratava-se de transformar os “espaços vazios” como suporte de sustentação do espaço urbano, favorecendo a indústria, mediante instauração da nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial exigia, ampliando-se o mercado interno. A implantação da pequena propriedade por meio da criação de colônias agrícolas almejava, sobretudo, incorporar essas áreas, consideradas “espaços vazios”, ao processo produtivo em conjunto com a indústria e agregar esses “espaços vazios” significava desenvolver economicamente essas áreas (BATISTA, 1995).

A colonização mudou o cenário rural e urbano da região, na medida em que proporcionou a vinda de um grande número de trabalhadores e de famílias extremamente pobres. Todavia, a CAND funcionou como estratégia política de ocupação das terras na região ou como o governo as considerava, “espaços vazios”, além de garantir a segurança na área de fronteira.

O papel do Estado na expansão agrícola

O Estado por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO)⁶ conduzia as transformações no perfil agropecuário e na configuração espacial sul-mato-grossense, caracterizada como atrativa por apresentar vastas extensões de cerrado, planos e desocupados, ou seja, um grande potencial para extensão da agricultura tecnificada (ABREU, 2001).

Após a entrega dos títulos de propriedade definitivos aos colonos no final da década de 1960, inicia-se um processo de transformações na área da CAND que modificaram sua estrutura no início da década de 1970, já que chegam ao estado granjeiros gaúchos, que possuíam uma tradição agrícola de técnicas mais aprimoradas no tratamento e manejo do solo.

Esses novos atores sociais tinham a finalidade de expandir a produção agrícola tecnificada do binômio soja/trigo visando abastecer o mercado externo. Nesse sentido, introduziram no sul do então estado de Mato Grosso uma forma de produção altamente tecnificada para a realidade da CAND, com a utilização de sementes selecionadas, insumos, implementos agrícolas, mecânicos especializados, etc (ABREU, 2001).

Com a chegada dos granjeiros aliados aos programas de desenvolvimento, estimularam o desenvolvimento e o aumento produtivo da região. Havendo assim, a necessidade de expandir mais a área de cultivo do binômio, fazendo com que houvesse um rearranjo na estrutura produtiva local, refletindo como fator de desarticulação da CAND. Logo, a área plantada com soja no município de Dourados, no decênio de 1970/80, passa de 3.500 hectares para 134.000 hectares, já as áreas de campo limpo, localizadas a sudoeste e noroeste do município, foram rapidamente transformadas pela cultura de granja (GRESSLER & SWENSSON, 1988, p. 105).

Para Abreu (2003) a expansão agrícola, tratava-se de uma reorganização da agricultura brasileira e, conseqüentemente, da agricultura do sul mato-grossense, no sentido

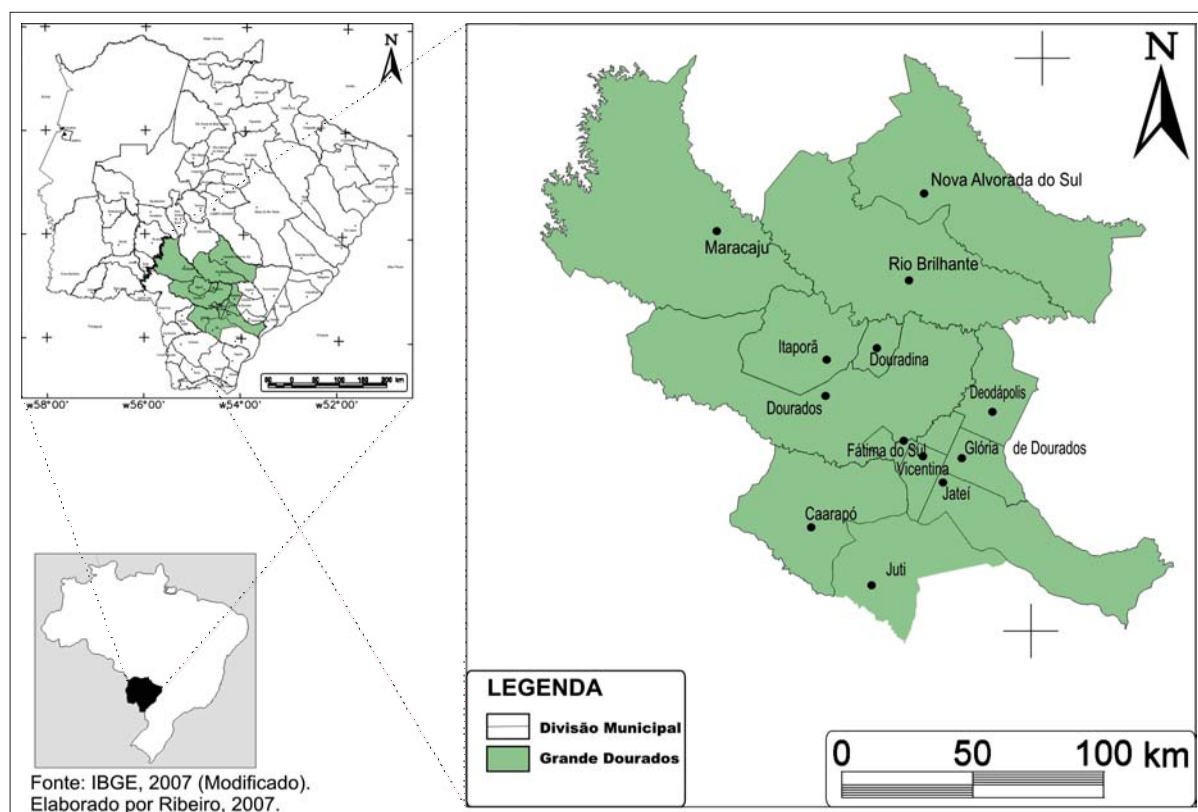
⁶ Como órgão federal de intervenção e planejamento para a região Centro-Oeste, a SUDECO enquadrava-se no projeto de desenvolvimento nacional e promoveu a reprodução do capital monopolista no interior do país, tendo como meta produzir oportunidades e promover seu aproveitamento para acelerar o desenvolvimento harmônico do Centro-Oeste (ABREU, 2001, p. 31).

do avanço da *fronteira agrícola*⁷. Esse era um processo previsto, em 1971, na política de planejamento do Governo Federal e nas “Ações para a Agricultura e Abastecimento”, tendo servido para orientar a programação da SUDECO. Nos anos 1970/80, com o intuito de incentivar e incrementar a fronteira agrícola do País, o município de Dourados passou a compor, no estado de Mato Grosso do Sul, a região destinada a ser mais um “Celeiro Agrícola”, conforme anunciavam os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs.

Deste modo, extensas áreas de campos limpos foram ocupadas com a pecuária extensiva e arrendadas pelos granjeiros gaúchos, que, em virtude das facilidades promovidas pelo Poder Público, dirigiram-se para a região, introduzindo agricultura mecanizada, capitalizando a produção que fomentou novas formas de produção e novas relações de trabalho no campo e nas cidades.

Nesse sentido, a SUDECO propôs a denominação de região da “Grande Dourados”, que atualmente é um dos principais pólo econômico de atração do estado. Composta por 13 municípios: Dourados, Caarapó, Juti, Itaporã, Maracaju, Douradina, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados e Deodápolis. (Figura 02), já que havia grande interesse do governo no desenvolvimento agrícola da região.

Figura 02: Localização da região da Grande Dourados



Brum (1988) assevera que a substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento das máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos

⁷ A SUDECO utilizou o conceito *fronteira agrícola* para descrever o avanço do capital no Centro-Oeste. Nessa linha, está ligada à incorporação de novas áreas para introdução da atividade agrícola para produção comercial de alimentos.

produtos agropecuários. O setor industrial passou a impor o desenvolvimento tecnológico da agricultura, ao forçar a utilização de novas técnicas, pelo fato de que a produção/consumo de uma tecnologia mais avançada ofereceria maiores possibilidades de acumulação de capital.

Como resultado dessas políticas, houve a desestruturação das pequenas propriedades, desencadeando a venda de lotes e, conseqüentemente a migração dessas famílias para as cidades. Essa desestruturação contribuiu para promover uma nova configuração territorial na porção meridional da região. Desenvolveu-se uma estrutura fundiária, baseada nas médias e grandes propriedades, para a instalação da agricultura moderna, voltadas para prática do binômio soja/trigo para abastecer o mercado externo. Essa estrutura fundiária evoluiu em um sentido concentrador e excludente, que tende a se fortalecer com a nova estrutura produtiva que se instala com o crescente cultivo da cana-de-açúcar na região atualmente, dificultando qualquer tipo de acesso à terra aos trabalhadores rurais.

Dinâmica da estrutura produtiva: novas relações no campo

As transformações sociais e econômicas às quais estão associadas às mudanças que se configuram na dinâmica do modo de produção capitalista, refletem nas relações sociais de produção e de trabalho. Percebe-se, uma nova configuração territorial, que do ponto de vista da organização das atividades econômicas, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial e, nem os campos, com as atividades de agricultura, pois no campo, tem-se a convivência de dinâmicas diferenciadas.

De um lado, a agricultura empresarial, tecnificada, vinculada á produção de mercadorias para exportação, ou “*commoditização*”⁸ da agricultura e, de outro, a agricultura familiar camponesa, vinculada historicamente à produção de alimentos. As disputas territoriais têm sido a tônica desse processo mais recente de expansão e consolidação do agronegócio e as tentativas de supressão, sujeição e controle da agricultura familiar camponesa ao destrutivismo do capital e ás políticas do Estado (THOMAZ JUNIOR, 2007b).

Em uma análise do modelo de produção da CAND, era caracterizado até a década de 1960, como um sistema policultor, havendo diversificação de culturas, tais como feijão, arroz, milho, mandioca, amendoim e algodão, cultivados para o próprio consumo familiar, exceto o amendoim e o algodão, cultivados para o mercado local. Eram plantações que contavam apenas com o trabalho familiar e/ou parcerias com vizinhos, utilizando-se apenas instrumentos manuais e de tração animal. Para a comercialização do excedente, enfrentavam dificuldades de escoamento, em virtude das péssimas condições das vias de circulação, ficando os colonos a mercê dos atravessadores, que passavam a dominar o escoamento da produção.

Entretanto, a industrialização da agricultura brasileira vem ocorrendo no interior do crescente processo de internacionalização da economia com a finalidade de ampliar a sua produção agrícola e seu setor industrial, o que é verificado no estado de Mato Grosso do Sul. Deste modo, tem ocorrido uma rápida expansão das culturas de produtos agrícolas para exportação (café, cana-de-açúcar, soja, laranja, etc.), em detrimento aos produtos alimentícios destinados ao mercado interno (arroz, feijão, etc.) (OLIVEIRA, 1999). Para o autor:

O processo de internacionalização da economia brasileira tem relevado, então, que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura em nossos dias está marcado, sobre tudo, pela industrialização. Essa industrialização deve ser entendida como o processo de introdução do *modo industrial de produzir*

⁸ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2008b

no campo, desencadeando um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura (OLIVEIRA, 1999, p. 77).

O processo de modernização ocorre com a substituição da agricultura extensiva pela intensiva no uso de insumos industrializados e mão-de-obra assalariada, ao lado de transformações tecnológicas que aumentaram a produtividade da terra e do trabalho (LEONE, 1988). Nesse sentido, há necessidade de grandes investimentos como destacam Guidolin & Porto Júnior:

[...] a produção de grãos, nos moldes desenvolvidos requer a produção em larga escala, com elevados investimentos em insumos modernos e máquinas agrícolas. Este modelo de produção tende a concentrar as terras e reduzir a demanda por trabalho, em especial, o pouco qualificado (GUIDOLIN & PORTO JÚNIOR 2006, p. 19).

Com a dinâmica da estrutura de produção agrícola, ocorre um processo de especialização da agricultura em escala nacional. A partir da década de 1960, o consumo da soja teve um aumento elevado, principalmente em países europeus. Em consequência da grande demanda houve uma elevação dos preços, que favoreceu o incentivo do cultivo mecanizado dessa cultura. Foi por meio de inúmeros incentivos que a região do cerrado começou a produzir em alta escala a monocultura da soja. Sobre essa nova estratégia do Estado brasileiro, Brum (1988) assevera que:

A fase de grande expansão da soja coincidiu com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. A nossa economia se integra mais ao capitalismo internacional. O país experimentou um período de rápido crescimento econômico, fase esta conhecida como “milagre brasileiro”, que se estendeu de 1968 a 1973/1974. A necessidade de importar em grande escala máquinas, equipamentos e aparelhos modernos (bens de capital) para a implantação de um parque industrial sofisticado, predominantemente multinacional, levaram o governo brasileiro, seguindo a estratégia e orientação dos países centrais, principalmente os Estados Unidos, e das corporações transnacionais, a incentivar a agricultura modernizada destinada à exportação. A soja foi a principal cultura a receber estímulos oficiais e, em torno dela, se ampliou e consolidou definitivamente o processo de modernização da agricultura na região e no país (BRUM, 1988, p. 78).

Nesse contexto de implantação do cultivo de soja e de incentivos para sua modernização, ocasionaram para região do cerrado, inclusive para a área da antiga CAND, grandes transformações territoriais. Para Medeiros (1998) a região assume importância estratégica para o desenvolvimento de uma agricultura comercial moderna de alta produtividade, notadamente a cultura da soja, exportando excedentes consideráveis para o restante do país e para o exterior. Deste modo, se criou uma estrutura monocultora, induzindo profundamente não só pequenos, como médios e grandes produtores a inserirem-se no cultivo da mesma. Para Gliessman (2000), a monocultura é:

[...] uma excrescência natural de uma abordagem industrial da agricultura, em que os insumos de mão-de-obra são minimizados e os insumos baseados em tecnologia são maximizados com vistas a aumentar a eficiência produtiva. As técnicas de monocultivo casam-se bem com outras práticas da agricultura moderna: a monocultura tende a favorecer o cultivo intensivo do solo, a aplicação de fertilizantes inorgânicos, a irrigação, o controle químico de pragas e as variedades especializadas de plantas (GLIESSMAN, 2000, p. 35).

Todavia, o processo de modernização associado à expansão da grande propriedade mecanizada, e a prática cada vez mais crescente da monocultura, estabelecem processos de transformações territoriais, de exclusão de trabalhadores e pequenos produtores. Já que diminui a necessidade de mão-de-obra permanente, ao mesmo tempo em que os trabalhadores bóias-frias vêem sua oferta de trabalho diminuir cada vez mais e acabam se sujeitando a duros turnos no campo por diárias cada vez mais irrisórias (BALSAN, 2006). Nesse sentido, Thomaz Junior destaca que:

A partir dos anos 80 que no Brasil se manifestaram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, mas é a partir do início da década seguinte que atingiu nova amplitude e profundidade, momento em que as inovações técnicas e organizacionais assumem um caráter mais sistêmico em todo o circuito produtivo dos diversos setores econômicos, [...] à busca da competitividade do capital e a adoção de novos padrões organizacionais e tecnológicos compatíveis. Nesse percurso, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais desastrosas e cruéis são as conseqüências para o trabalho, para a classe-que-vive-do-trabalho (THOMAZ JR, 2002).

Nessa perspectiva, o autor ressalta a imposição de novas fissuras à fragmentação do trabalho e a decorrente polissemização que espelha as múltiplas divisões que marcam a classe trabalhadora e o movimento operário na atual conjuntura produtiva. Surge um extenso conjunto de modificações no âmbito do trabalho, remetendo-se em profundas alterações no espaço e no território (THOMAZ JR, 2002).

Com o avanço do modo industrial de produzir no campo no país, Oliveira (2003) destaca que é necessário entender que a modernização da agricultura brasileira não deve ser entendida apenas pelas crescentes utilizações de implementos e insumos agropecuários. No entanto, ressalta que o desenvolvimento de novas técnicas foi acompanhado por transformações nas relações sociais de produção e trabalho, onde as relações de trabalho no campo se modificaram, intensificando cada vez mais a utilização de mão-de-obra assalariada. Os pequenos produtores rurais foram expropriados, dando lugar a empresas capitalistas. A industrialização da agricultura formou uma classe de proletariado no campo e restringiu as possibilidades da pequena propriedade continuar a produzir independentemente.

A dinâmica dessa modo de produzir, gerou um processo de substituição do trabalho “vivo” pelo trabalho “morto”, ou seja, a força de trabalho é substituída pela máquina, que nesse sentido intensifica a divisão técnica do trabalho. Thomaz Jr. (2002) destaca que ao passo que o capital provoca alterações na base técnica da produção, alterando as relações sociais e de produção, cria novas condições de adequação da força de trabalho à esfera de produção, agora sobre a referência da substituição do trabalho “vivo” pelo trabalho “morto”. O autor enfatiza que as novas relações de trabalho estabelecidas com a nova estruturação do modo de produzir no campo fez surgir novos tipos de trabalhadores, redefinindo a estrutura do mercado de trabalho, ditada pela nova especialização e importância dos trabalhadores, adequando-os as novas condições. Gonçalves Neto (1997) salienta que:

Ao lado das violentas transferências de populações para o setor urbano, ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, à marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos (GONÇALVES NETO, 1997, p. 109).

Portanto, as alterações no modo de produzir e organizar a produção agrícola provocaram uma nova organização do território sul mato-grossense, redefinindo às novas condições de produção determinadas, em geral, pelos interesses do Estado e dos grupos econômicos capitalistas. Para Silva (1982) o que se vê no campo brasileiro é:

Uma ‘modernização conservadora’ que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado (SILVA, 1982, p. 40).

Tais fatos ocorreram na região de Dourados. Atualmente, a área da antiga CAND faz parte da denominada Grande Dourados. A implantação da CAND foi de suma importância para o desenvolvimento da região e para integração com as demais regiões do país, principalmente com a região Sudeste. Atualmente, a região é um importante pólo agroindustrial do estado de Mato Grosso do Sul. Mas, ao mesmo tempo, esse processo dinâmico da estrutura agrícola gerou um processo expropriatório, excludente e estabeleceu novas relações sociais e de trabalho na região, gerando em sua dinâmica uma nova configuração territorial da antiga área da CAND. Segundo Montenegro Gómez (2002), as políticas agrárias, que anteriormente visavam amenizar os problemas referentes à questão agrária, estão sendo substituídas por políticas de desenvolvimento rural, que propõem estratégias e meios ainda mais excludentes, para a dinamização do meio rural, excluindo camponeses e trabalhadores da terra.

Para Oliveira (1999) a política de colonização priorizou o desenvolvimento econômico do país, sem considerar o assentamento econômico e social dos colonos. Já que, a maioria contemplada com os lotes não realizou seu sonho de prosperar como agricultores, tendo em vista, as dificuldades encontradas por quem nada tinha a não ser a força de trabalho para colaborar com os projetos de colonização e de povoamento dos “espaços vazios”, desencadeados pelo governo.

Em síntese, o que se observa hoje, é que os colonos remanescentes da CAND, que ainda vivem na região são pequenos produtores que de alguma forma resistem ao avanço do capital agrário ou que se inseriram na nova estrutura produtiva. Aqueles que venderam suas terras vivem nas cidades da região, praticando uma economia informal ou trabalhando como diaristas em fazendas, competindo muitas vezes com o progresso técnico que o desapropria de sua única fonte de riqueza, a força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas o Brasil vem passando por profundas transformações estruturais em seus setores econômicos, ao qual a globalização da economia tem provocado diversas mudanças no processo produtivo que está ligada a agricultura, principalmente em virtude da introdução da ciência, da tecnologia e da informação, redefinindo sua estrutura técnica, econômica e social.

A partir do início da década de 1930, a região centro-oeste, mais precisamente o sul do então estado de Mato Grosso, passar a ser foco de políticas de ocupação e colonização da região com intuito ao desenvolvimento nacional, de forma a integrá-la a economia nacional como extensão da região sudeste, como mercado consumidor e de fornecedor de matérias-primas. Mas torna-se evidente, que a preocupação principal das políticas de colonização estipuladas pelo Governo Federal para as regiões consideradas “espaços vazios”, estava ligada a nova ordem que se fortalecia no país, ou seja, à necessidade de expansão das relações capitalistas de produção, ao qual o capital se torna elemento fundamental.

Nesse sentido, pode-se constatar que as políticas foram estabelecidas não com interesses sociais, mas sim econômicas, no sentido de que a integração desses “espaços vazios” a economia nacional fortaleceria o desenvolvimento industrial, ao qual o Governo tanto sonhava. Desta forma, esses atores sociais foram utilizados de forma a propiciar à região princípios básicos para a expansão do capital, ao qual a SUDECO teve papel fundamental em estabelecer através de ações esses princípios de desenvolvimento capitalista na região.

Representada pela CAND, a região foi base de profundas transformações territoriais, sociais e econômicas, já que, sendo a SUDECO o órgão federal gestor do planejamento da região, tinha suas políticas baseadas no desenvolvimento regional. Foram estipuladas diversas políticas de desenvolvimento, mas que em sua maioria beneficiava apenas uma minoria, gerando assim, o enfraquecimento das atividades familiares e em contra partida, fortalecendo a concentração fundiária, redefinindo totalmente as relações da região, que a partir da exclusão e expropriação de pequenos produtores, estes, são obrigados a migrar para centros urbanos ou se tornarem assalariados e se subordinarem a nova configuração fundiária que se forma na região.

As políticas vinham de encontro ao interesse de se estabelecer e fomentar a estruturação e desenvolvimento das médias e grandes propriedades, tendo em vista, a capitalização produtiva por meio da introdução tecnológica no campo, fortalecendo dessa forma, o desenvolvimento capitalista na região de forma implementar uma produção agrícola destinada ao mercado externo.

Com o fortalecimento da intervenção política por meio da SUDECO, a dinâmica da estrutura produtiva agrícola se intensifica na região principalmente a partir da década de 1970, com a introdução do cultivo do binômio soja/trigo, juntamente com o desenvolvimento de novas técnicas – incremento da tecnologia – que fortaleceram ainda mais as desigualdades econômicas, já que expropriou de forma mais avassaladora o pequeno produtor e, em contra partida favoreceu os grandes produtores.

Pressupõe-se que as dificuldades por parte dos pequenos produtores em se inserir às novas estruturas produtivas, intitulada pelo crescente âmbito de competitividade, gerenciadas pelos padrões de mercado, gera uma exclusão ainda maior. Já que, o padrão de produção familiar, de técnicas produtivas menos refinadas, predominante no período de desenvolvimento inicial da antiga colônia, vai cedendo lugar a um padrão produtivo em grande escala, visando principalmente o mercado externo e com alto padrão técnico e econômico, no qual grande maioria de pequenos produtores não tem condições de acesso. Nesse sentido, as únicas alternativas para essas famílias são venderem seus lotes e migrarem para as cidades ou tornarem mão-de-obra para grandes propriedades estabelecidas na região.

Contudo, se observa que as políticas implementadas na região, permitiram o desenvolvimento do modo de produção capitalista, de forma que redefiniu as relações entre o campo e a cidades e firmou novas relações econômicas e de trabalho, além de instaurar um rearranjo produtivo na região. Nesse sentido, é de entendimento que a SUDECO incrementou o desenvolvimento da região na visão lógica do capital, sendo hoje denominada de região da Grande Dourados, um dos principais pólos econômicos do estado, cuja economia está vinculada principalmente à agroindústria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Silvana de. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço matogrossense: contexto, propósitos e contradições.** 2001. 351 páginas. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP. FLCH/USP. 2001.

- AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **Expansão do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul**: configuração espacial e a relação capital x trabalho. 2008. Dissertação (Relatório de Qualificação), Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, 2008.
- BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *In: Campo e território: revista de geografia agrária*. Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.
- BATISTA, Luiz Carlos. **Processo de formação do espaço agrário do Estado de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: PREG/UFMS, 1995.
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. *In: Território, globalização e fragmentação*. 2º ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1996.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao município de Dourados. Estado: Gressler, 1988.
- LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônica, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas - SP: UNICAMP, 1986.
- LEONE, Eugenia Troncoso. **Modernização e distribuição na agricultura no estado da Bahia em 1980**. 1988. 152 páginas. Dissertação (Mestrado em Geografia). Piracicaba: ESALQ/USP, 1988.
- MEDEIROS, Silvana Almeida Figueira. Agricultura moderna e demandas ambientais: o caso da sustentabilidade da soja nos cerrados. *In: DUARTE, L.M. (Org). Tristes cerrados: sociedade e biodiversidade*. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- MIZUSAKI, Márcia Yukari. **Monopolização do território e reestruturação produtiva na avicultura em Mato Grosso do Sul**. 2003. 432 páginas. Tese (doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH/USP, 2003.
- MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná**: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital. 2002. 230 páginas. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2002.
- MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.
- OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado**: gestão do trabalho e certificação ambiental. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. **Agricultura brasileira: desenvolvimento e contradições**. São Paulo: mimeografado, 1992.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In: Carlos, A. F. A. (org.) **Novos caminhos da Geografia***. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937- 1945)**. 1999. 243 páginas. Dissertação (Mestrado em História), FCL/UNESP, Assis. 1999.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008.

PONCIANO, Nilton Paulo. **O processo civilizador do sul de mato grosso: a colônia agrícola nacional de Dourados**. Guarapuava: Anacleto. 2001. vol. 2, nº 1.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. *In: **Por uma geografia do poder***. São Paulo: Ática, 1993. Tradução de: Pour une géographie du pouvoir. Paris: Litéc, 1980. Tradução por Maria Cecília França.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Vicência Deusdete dos. **A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul meridional**. 2000. (Especialização em Geografia), UFMS, Dourados, 2000.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana (uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)**. 2002. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

_____. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. Presidente Prudente: **Pegada**, V.7, N.2, 2006.

_____. Trabalho e Territórios em Disputa (Algumas Considerações). *In: PAULINO, E. T. (Org.). **Campesinato em Movimento***. III Simpósio Internacional de Geografia Agrária - IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Londrina, 2007a.

_____. Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. *In: SIMONETTI, M. C. L. (Org.). **III Fórum de Políticas Públicas, Ambiente e Populações***. Marília, 2007b. (no prelo).